

HABEAS CORPUS Nº 493.792 - SP (2019/0045567-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ALEXANDRE JEAN DAOUN E OUTROS
ADVOGADOS : ALEXANDRE JEAN DAOUN - SP152177
DANIELA APARECIDA DOS SANTOS - SP263842
LUIZ HENRIQUE VIEIRA - SP320868
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS SERGIO SERRA MATARAZZO

EMENTA

HABEAS CORPUS. NULIDADE. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PRETENSÃO. SÚMULA 691/STF. INCIDÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO OCORRÊNCIA.
Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Luis Sergio Serra Matarazzo**, no qual se aponta como ato coator a decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar feito no HC n. 2001431-74.2019.8.26.0000, proferida pelo Desembargador Relator Márcio Eid Sammarco.

Segundo os autos, o paciente foi denunciado, ao lado de outros corréus, como incurso no art. 316, *caput*, do Código Penal (30 vezes). A inicial acusatória foi recebida pelo Juízo de Direito da 29ª Vara Criminal da comarca de São Paulo/SP (Autos n. 0020292-26.2018.8.26.0050) em 12/12/2018. Contra isso, impetrou-se *habeas corpus* no Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo sido indeferida a tutela de urgência requerida naquela instância (fls. 85/86).

No presente *mandamus*, em síntese, sustenta-se haver nulidade no recebimento da denúncia, ante a ausência de uma efetiva análise das teses apresentadas pela defesa na resposta à acusação. Posto isso, requer-se, liminarmente, *seja determinado o sobrestamento da ação penal nº*

0020292-26.8.26.0050, em trâmite perante à 29ª Vara do Foro Central Criminal de São Paulo/SP, até o julgamento final do presente writ. No mérito, aguarda-se seja concedida a ordem de habeas corpus afim de determinar ao Juízo de piso que proceda nova decisão analisando todas as arguições constante da Resposta à Acusação do paciente (fl. 25).

Os autos foram distribuídos a mim por prevenção do HC n. 481.772/SP.

É o relatório.

A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, na linha do preceituado na Súmula 691/STF, possui o entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator que indefere medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo nas hipóteses em que houver manifesta teratologia ou ilegalidade evidente.

No caso apresentado neste *mandamus*, o Desembargador Relator negou o pleito de urgência com a seguinte motivação (fls. 85/86 - grifo nosso)

[...] Não é caso de concessão. O deferimento de liminar em sede de *habeas corpus* é medida de extrema excepcionalidade, admitida apenas nos caso sem que haja demonstração de necessidade e urgência da ordem, abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.

No caso presente, *icto oculi*, não se verifica qualquer ilegalidade ou coação. **Os fatos tratados na exordial se revestem de extrema gravidade, com funestas conseqüências para o tecido da sociedade. Estão presentes indícios de autoria e de materialidade. Após análise, a d. Magistrada de 1º grau entendeu ausentes as hipóteses do artigo 397 do Código de Processo Penal.**

Indefiro, pois, a liminar.

[...]

Ora, verifico que, ao proferir tal decisão, a autoridade apontada como coatora justificou a ausência de constrangimento ilegal manifesto com fulcro na aparente idoneidade da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau.

Essa, por sua vez, promoveu o recebimento da denúncia sob o fundamento de inexistir *qualquer das hipóteses do artigo 397 do Código de Processo Penal passível de reconhecimento de plano*, entendendo não ser aquele o momento para *exame aprofundado de questões de mérito, que demandam instrução processual* (fl. 72), e designando audiência de instrução, interrogatório, debates e julgamento para o dia 22/2/2019. Ou seja, não há se falar sequer em um cenário de demora exacerbada para análise dos questionamentos apresentados pelo Juízo processante.

Dessa forma, a situação aqui apresentada não se afigura como hábil a importar alguma das situações excepcionais destacadas alhures (teratologia ou ilegalidade evidente), não havendo se falar, portanto, na hipótese de concessão da ordem de ofício por esta Corte Superior. Assim, em observância ao que prevê o art. 105, II, *a*, da Constituição Federal, é necessário aguardar o trâmite regular do *mandamus* na origem, de maneira a permitir que o órgão colegiado competente aprecie por completo a pretensão ali levantada.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *writ* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator